


Linguagem simples e competência crítica em informação no setor público: abrindo caminho para uma consciência crítica em informação


Plain language and critical information literacy in the public sector: paving the way for critical information consciousness

Lenguaje claro y alfabetización informacional crítica en el sector público: allanando el camino hacia la conciencia crítica em información

Ana Lúcia Alexandre Borges

Doutoranda em Ciência da Informação
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
 <https://orcid.org/0000-0003-3165-7841> E-mail: alborges@gmail.com

Arthur Coelho Bezerra

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia)
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
 <https://orcid.org/0000-0001-5445-6263> E-mail: arthurbezerra@ibict.br

Rev. Inf. na Soc. Contemp., Natal, RN, v. 9, 2025
ISSN 2447-0198

DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2025v9n1>

Submetido em: 05-11-2024
Reapresentado em: 10-01-2025
Aceito em: 27-01-2025



RESUMO

Desamparo, frustração, impotência, raiva. Quando cidadãos e cidadãs recorrem à administração pública, mas deixam de obter informações, acessar direitos ou cumprir deveres por não conseguirem decifrar a linguagem burocrática, cresce o abismo entre Estado e sociedade civil. Apesar dos crescentes esforços de governos para agilizar a prestação de serviços à população no ambiente digital, ainda são muitos os obstáculos rumo a um pleno exercício da cidadania. No Brasil, um país com percentuais ainda expressivos de analfabetismo, é tarefa urgente facilitar o entendimento das informações públicas, mesmo às pessoas com baixo letramento. Nos últimos anos, agentes públicos brasileiros lideram um movimento pela adoção da chamada Linguagem Simples (do inglês *plain language*) nos serviços prestados à sociedade. Este artigo, de

abordagem qualitativa e natureza exploratória, propõe um diálogo teórico entre uma abordagem crítica da *Linguagem Simples*, como técnica e causa social, e a prática da *competência crítica em informação*, sob as lentes da Ciência da Informação. O percurso teórico-metodológico compreende pesquisa bibliográfica para contextualização do problema e estabelecimento de pontos de articulação entre os dois conceitos. Como resultado, identificamos que os caminhos da Linguagem Simples e da competência crítica em informação convergem rumo à *práxis transformadora* e em busca de justiça social, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma *consciência crítica em informação*. Por fim, argumentamos que, criticamente conscientes, servidores e servidoras poderiam identificar as barreiras impostas à cidadania pelo chamado *burocratês*, e, quem sabe, superá-las para ampliar o acesso da população às informações e aos serviços públicos.

Palavras-chave: linguagem simples; competência crítica em informação; serviço público; estado; consciência crítica em informação.

ABSTRACT

Helplessness, frustration, disempowerment, anger. When citizens turn to the public administration, but fail to obtain information, access rights or fulfill duties because they can't decipher bureaucratic language, the gap between the State and civil society widens. Despite growing efforts by governments to speed up the provision of digital services to the population, there are still many obstacles towards an active citizenship. In Brazil, a country with significant illiteracy rates, it is an urgent task to make public information easier to understand, even for people with low literacy levels. In recent years, Brazilian public officials have led a movement to adopt the so-called *Plain Language* in public the services provided to society. The aim of this paper is to provide a theoretical dialogue between a critical approach to *Plain Language*, as a technique and a social cause, and the practice of *critical information literacy*, under the lens of Information Science. This study follows a theoretical methodology with a qualitative and explorative perspective: it employs bibliographical research to contextualize the problem and establish points of articulation between the two concepts. As a result, we identified that the paths of Plain Language and critical information literacy converge towards *transformative praxis* and the search for social justice, paving the way for the development of a *critical information consciousness*. Finally, we argue that critically aware civil servants will possibly identify the barriers imposed by the so-called *bureaucratese*, and perhaps overcome them in order to increase population's access to information and public services.

Keywords: plain language; critical information literacy; public service; state; critical information consciousness.

RESUMEN

Desamparo, frustración, impotencia, rabia. Cuando los ciudadanos acuden a la administración pública, pero no consiguen obtener información, acceder a derechos o cumplir deberes porque no pueden descifrar el lenguaje burocrático, crece el abismo entre el Estado y la sociedad civil. A pesar de los crecientes esfuerzos de los gobiernos por agilizar la prestación de servicios a la población en el entorno digital, siguen existiendo muchos obstáculos para el pleno ejercicio de la ciudadanía. En Brasil, un país con porcentajes aún significativos de analfabetismo, es una tarea urgente hacer que la información pública sea más fácil de entender, incluso para las personas con bajos niveles de alfabetización. En los últimos años,

los funcionarios públicos brasileños han liderado un movimiento para adoptar el llamado *Lenguaje Claro* en los servicios que prestan a la sociedad. Este artículo, de abordaje cualitativo y carácter exploratorio, propone un diálogo teórico entre un abordaje crítico del Lenguaje Claro, como técnica y causa social, y la práctica de la *alfabetización informacional crítica*, a través de la lente de la Ciencia de la Información. El abordaje teórico-metodológico incluye la investigación bibliográfica para contextualizar el problema y establecer puntos de articulación entre los dos conceptos. Como resultado, identificamos que las rutas del Lenguaje Claro y de la alfabetización informacional crítica convergen hacia la *praxis transformadora* y la búsqueda de la justicia social, allanando el camino para el desarrollo de una *conciencia crítica en información*. Finalmente, argumentamos que los funcionarios con conciencia crítica podrían identificar las barreras impuestas a la ciudadanía por el llamado *burocratés*, y tal vez superarlas para aumentar el acceso de la población a la información y a los servicios públicos.

Palabras-clave: lenguaje claro; alfabetización informacional crítica; servicio público; estado; conciencia crítica en información.

1 INTRODUÇÃO

Contextos extremos costumam levar o poder público a atualizar suas estratégias para interagir com a sociedade civil e solucionar problemas complexos e imprevisíveis. Este foi o caso da pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020, por exemplo. Se desde o início do século XX as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) já eram essenciais para a prestação de serviços públicos *on-line* (Bason, 2010), as crises sanitária e econômica desencadeadas pelo coronavírus aceleraram ainda mais os processos de implantação de governo digital que estavam em curso.

Dados da segunda edição do levantamento Painel TIC Covid-19 (CETIC.br, 2020), realizado entre julho e agosto de 2020 (primeiro ano da pandemia no Brasil), mostram que 57% dos respondentes usaram algum serviço público *on-line* nos três meses anteriores à entrevista, o que representa um crescimento de 20 pontos percentuais em relação à pesquisa TIC Domicílios realizada em 2019.

Desde então, o Estado tem deslocado serviços para o ambiente digital a passos largos¹. Porém, não basta à administração pública dar publicidade a seus atos e advogar pela

¹ Dados da pesquisa TIC Domicílios 2023 (CGI.br, 2023) apontam que 73% dos usuários de internet com 16 anos ou mais acessaram o governo eletrônico nos 12 meses antes do levantamento, para consultar informações sobre documentos pessoais; impostos e taxas; direitos do trabalhador; saúde; educação; transporte, e segurança.

transparência em seus portais de atendimento. Para que as pessoas efetivamente possam cumprir seus deveres e gozar de seus direitos, exercendo sua cidadania, informações públicas disponibilizadas devem ser inteligíveis mesmo a quem tem baixos níveis de letramento. É preciso, portanto, facilitar o acesso e o *entendimento*.

Nesse sentido, se a exclusão digital de parte da sociedade é uma realidade no Brasil, não podemos ignorar que o nível de instrução da população é um desafio extra para o uso de serviços *on-line* prestados pelo Estado. Bagno (2007, p. 16, grifo nosso) sublinha o fato de que milhões de brasileiros e brasileiras não têm acesso à “norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder — são os *sem língua*”. O autor ainda complementa que, muitas “vezes, os falantes das variedades desprestigiadas *deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos*” (Bagno, 2007, p. 17, grifo nosso).

Para se ter uma ideia, em 2022, 6% de brasileiros e brasileiras com 25 anos ou mais não tinham instrução e 28% não haviam concluído o ensino fundamental (IBGE, 2023). Além disso, 7% das pessoas com 15 anos de idade ou mais eram analfabetas, o que corresponde a 11,4 milhões de indivíduos nessa faixa etária (IBGE, 2024). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma pessoa é alfabetizada se “sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples ou uma lista de compras, no idioma que conhece, independentemente do fato de estar ou não frequentando escola e já ter concluído períodos letivos” (IBGE, 2024, p. 22).

Diante desse cenário, chama a atenção a emergência de um movimento protagonizado por servidores e servidoras públicos nos últimos anos, no Brasil e no exterior, em favor da adoção da chamada Linguagem Simples (doravante LS) na prestação de serviços à sociedade (Garwood, 2014; Willerton, 2015; Schriver, 2017; Borges, Bezerra, 2021; Pires, 2021; Montolío Durán, 2023). Há registros da presença da LS no setor público desde a década de 1940, nos Estados Unidos (EUA) e no Reino Unido. Mundialmente, a causa vem ganhando espaço em órgãos governamentais de forma consistente desde os anos 2000, em especial pela expansão do governo eletrônico e por demandas por maior transparência.

A Linguagem Simples (do inglês *plain language*, também traduzida em português como linguagem clara ou linguagem cidadã), conceito-chave neste trabalho, é entendida simultaneamente como *causa social* e como *técnica*. Na primeira acepção, prega o direito de cidadãos e cidadãs entenderem as regras que orientam seu cotidiano. Na segunda, consiste numa

comunicação que põe as pessoas leitoras em primeiro lugar e contribui para elaborar conteúdos fáceis de entender, inclusive visualmente. Para tanto, desdobra-se em boas práticas de redação e *design*, apoiando-se em princípios como empatia, respeito e transparência. Segundo definição da norma brasileira ABNT NBR ISO 24495-1 – “Linguagem Simples Parte 1: Princípios e diretrizes norteadores”², de julho de 2024, a “Linguagem Simples garante que os leitores consigam encontrar as informações que precisam, entendê-las e usá-las” (ABNT, 2024, p. vii).

No Brasil, a mobilização pela defesa da causa ganhou corpo a partir de 2018. É o caso de articulações como a Rede Linguagem Simples Brasil³, fundada em 2021, que soma mais de 1.200 agentes governamentais em torno do tema. Esse movimento, que tem como pano de fundo o fortalecimento do ecossistema brasileiro da inovação pública e um arcabouço legal favorável⁴, mostra-se ainda mais relevante em um contexto informacional complexo e desafiador como o que vivemos no presente, em especial no ambiente digital.

Como observa o filósofo Yuval Noah Harari (2019, p. 11), num “mundo inundado por informações irrelevantes, clareza é poder”, o que torna necessário cultivarmos uma *visão lúcida*. Esse alerta abre passagem a outra noção estruturante deste artigo: a *competência crítica em informação* (CCI), que representa não só a capacidade de indivíduos localizarem, acessarem e identificarem os conteúdos de que necessitam e que disseminam, mas também de executarem uma avaliação crítica e o uso ético da informação, trilhando uma rota para a tomada de decisões conscientes e um exercício ativo da cidadania (Simmons, 2005; Elmborg, 2006; Tewell, 2015; Bezerra, 2015, 2019, 2021; Downey, 2016; Schneider, 2019; Brisola, 2021).

No Brasil, a origem da CCI tem raízes na pedagogia crítica do educador Paulo Freire e na teoria crítica desenvolvida pelos filósofos alemães da chamada Escola de Frankfurt. Nas palavras de Bezerra e Schneider (2021, p. 268), o conceito é “a *práxis emancipatória atuante em práticas informacionais mediadas pela consciência crítica*”.

² A norma brasileira publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é uma tradução da norma internacional “ISO/DIS 24495-1: *Plain language - Part 1: Governing principles and guidelines*”, que data de julho de 2023. Informações adicionais podem ser encontrada disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/pnm.aspx?Q=RW1ucG5GWVJKzJNHWUtlcmRyZnBGWU9TZHVkc0JFUHJlbmF2TG5BSXowST0=>. Acesso em: 10 ago. 2024.

³ Disponível em: <https://redelinguagemstpl.wixstudio.com/rede-linguagem-br>. Acesso em: 8 jan. 2025.

⁴ Na esfera federal, são exemplos de instrumentos legais que orientam o uso de uma linguagem simplificada a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527, de 2011; a Lei nº 14.129, de 2021, que detalha princípios e regras para o Governo Digital, e a portaria nº 548 da Secretaria de Governo Digital (SGD), de 2022, do então Ministério da Economia, que prevê o uso de Linguagem Simples e adequada aos usuários nos serviços públicos.

Tendo em vista esse panorama, a proposta deste artigo é trazer um diálogo teórico entre uma abordagem crítica da LS, enfatizando seu caráter de causa social, e a CCI, entendida como ferramenta para transformar a realidade. Estudos acadêmicos sobre a LS no serviço público são recentes no Brasil e dedicam-se, principalmente, a analisar impactos para os leitores ou aspectos técnicos de escrita. Especificamente no campo da Ciência da Informação (CI), observa-se carência de trabalhos acerca do tema⁵. Isso aponta para uma lacuna de produção científica a ser preenchida e para a oportunidade de enriquecer a investigação desse objeto sob perspectiva crítica, em articulação com a CCI, com ênfase no papel de protagonismo dos agentes públicos.

Dessa forma, o seguinte questionamento norteia este estudo: em que medida as práticas da Linguagem Simples e da competência crítica em informação poderiam convergir para o despertar de uma *consciência crítica em informação* de servidoras e servidores à frente desta mobilização no setor público?

Para tentar responder a essa pergunta, nosso percurso teórico-metodológico compreende pesquisa bibliográfica conduzida sob as lentes da CI, mas sempre em diálogo com outras áreas do conhecimento. Inicialmente, buscamos estabelecer pontos de interlocução entre as ideias de LS e CCI. Em seguida, discutimos até que ponto elas poderiam abrir caminho para uma *consciência crítica em informação*, noção que procuramos aprofundar articulando definições de *consciência crítica* vindas da Filosofia e da Sociologia (Freire, 2015, 2019; Rozowykwiat, 2016; Pinto, 2020; hooks, 2021) e perspectivas debatidas no campo da CI.

Nesse sentido, este trabalho apresenta abordagem qualitativa, por sugerir uma discussão teórica, e natureza exploratória, pois tem como objetivo explorar articulações entre conceitos. Além disso, adota como pano de fundo a Teoria Crítica da Informação, que se preocupa em assumir “o desafio metodológico de propor diagnósticos interdisciplinares que se

⁵ Em levantamento bibliográfico exploratório prévio a este trabalho, realizado em 2024, consultamos a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e a *Library Information Science & Technology Abstracts* (LISTA), específicas da CI. Na Brapci, buscamos os termos “linguagem simples” e “plain language”, restringindo a pesquisa a resumos e ao período de 2000 a 2023. Para o termo em português, recuperamos nove trabalhos, dos quais apenas quatro continham abordagem do conceito próxima à desta pesquisa. Em inglês, recuperamos dois outros artigos, de interesse da pesquisa, datados de 2010. Na base LISTA, buscamos o termo “plain language”, associado às opções “public sector or public service or public administration or government”. Restringimos as publicações a “revistas acadêmicas”, de 2000 a 2023. Recuperamos sete artigos, dos quais somente três se aproximavam de nosso objeto.

concentrem no ambiente informacional e nas perspectivas de produção, circulação, mediação, organização, recuperação e acessibilidade da informação” (Bezerra, 2019, p. 28).

2 LINGUAGEM SIMPLES COMO CAUSA SOCIAL: PERSPECTIVA CRÍTICA

Para nos aproximarmos do problema discutido neste trabalho, situaremos brevemente a mobilização de agentes públicos em torno do tema da *Linguagem Simples*, recorrendo a um repertório teórico que contribua para delinear a expansão do movimento. Adotaremos uma abordagem crítica, sustentando que a LS “concede a cidadãos e consumidores melhor acesso a seus direitos e combate o apartheid informacional que documentos rebuscados e excessivamente complicados geram” (Willerton, 2015, p. xiii, tradução nossa).

Em todo o mundo, os esforços de simplificação nas instituições governamentais têm assumido diversas formas. Ao traçar a trajetória da mobilização internacional, desde seus primórdios nos anos 1940, nos Estados Unidos, a pesquisadora Karen Schriver (2017) percorre 75 anos de história. Segundo a autora, a LS evoluiu de uma preocupação restrita à legibilidade de documentos em papel até passar a contemplar diretrizes para escrita e *design* visual também voltadas para multimídia e artefatos eletrônicos.

No Brasil, um país em que ainda se lida com percentuais relevantes de população com baixo letramento, muitas vezes os “cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida” (Gnerre, 2017, p. 10), e a linguagem, assim, “*constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder*” (Gnerre, 2017, p. 22, grifo nosso). Nesse contexto, facilitar a compreensão de conteúdos na prestação de serviços públicos revela-se uma tarefa urgente e necessária.

A articulação de servidores e servidoras de órgãos governamentais em torno da causa evidencia-se em exemplos como a Rede Linguagem Simples Brasil, voltada para “que as organizações públicas se comuniquem de forma simples, focando nas necessidades de cidadãos e cidadãs e tornando o direito de entender universal” (Rede Linguagem Simples Brasil, c2021). Fundada em 2021 por agentes públicos das esferas federal, estadual e municipal, a rede se define como independente, apartidária, desvinculada de correntes políticas e adepta de uma governança colaborativa. Quase quatro anos depois, passa de 1.200 componentes. Como atividades, propõe iniciativas de capacitação e compartilhamento de experiências.

Outra ação coletiva de agentes públicos relacionada ao tema foi a criação do Linguagem Simples Lab⁶, comunidade aberta que usa técnicas de LS, pensamento visual e *design* centrado em que lê para melhorar a comunicação pública. Lançado em maio de 2023, o laboratório especializou-se em atividades de treinamento, como oficinas; produção de publicações de referência, como guias orientativos e trilhas de aprendizagem, e transformação prática de documentos governamentais, como simplificação de editais. O grupo é formado por profissionais de todo o país, que trabalham voluntariamente em projetos de reescrita e redesenho de conteúdos públicos.

Os primeiros resultados do movimento começam a ser colhidos no Brasil. Levantamento publicado na revista da *Plain Language Association International* (PLAIN), associação que reúne cerca de 30 nações, buscou identificar impactos mensuráveis da adoção da LS em serviços públicos no país (Fischer, 2023). Em 2022, por exemplo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional firmou parceria com o Íris Lab, Laboratório de Inovação do Estado do Ceará, para simplificar cartas de cobrança da dívida ativa da União. O novo modelo do documento gerou aumento de 35% nos pedidos de revisão de débitos, indicando que “os contribuintes entenderam o que fazer e agiram para regularizar as dívidas” (Fischer, 2023, p. 19).

Já o Projeto Simplificar 5.0, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que transforma sentenças judiciais em resumos didáticos, percebeu queda significativa na taxa de recorribilidade (solicitação para rever a decisão do juiz), alcançando redução de 55% nos pedidos de revisão de sentenças (Fischer, 2023). Por fim, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná (Crea-PR), autarquia que fiscaliza atividades profissionais na região, registrou que o índice de satisfação nas interações por escrito com usuários passou de 70% para 90% após treinar sua equipe de atendimento em LS (Fischer, 2023)⁷.

Iniciativas como essas dedicam-se a desatar os nós do *burocratês*, que consiste nas linguagens complicadas típicas da administração pública, “densas, pesadas, técnicas, repetidas, e cujo discurso representa a primazia do emissor das mensagens informativas, ao invés de prevalecer o destinatário para quem tal mensagem é dirigida” (Fernandes, 2019, p. 82).

⁶ Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/linguagenssimpleslab>. Acesso em: 8 jan. 2025.

⁷ Apesar dos indicadores positivos, não se pode ignorar que o movimento enfrenta rejeição e resistência cultural. Adeptos da prática recebem, por exemplo, críticas de que a Linguagem Simples é um conceito abrangente demais, sem base teórica; consiste apenas em encurtar textos e emburrecê-los; não permite usar vocabulário técnico; distorce o sentido e empobrece o estilo da escrita; implica perda ou infantilização de informações; e não é tão precisa quanto a linguagem burocrática ou jurídica (Willerton, 2015; Fischer, 2021).

Em vez de favorecer a função unificadora da linguagem, o burocratês conduz à função isolacionista, transformando qualquer cidadão que não faça parte da burocracia em *‘um estranho no ninho’*... E isso é uma situação irônica e abusiva, porque o cidadão passa a não compreender as regras, regulamentos e normas contidos em manuais que deveriam servir à sua orientação (Mendonça, 1987, p. 22, grifo nosso).

Estudos recentes sobre o assunto têm dirigido um olhar atento às desigualdades sociais desencadeadas pelo uso linguagem complexa pelo Estado. Nessa vertente, considerada uma *virada da justiça social* (*social justice turn*, em inglês), pesquisas adotam uma perspectiva crítica para compreender o potencial da LS como instrumento para desenvolver aspectos relacionados à dignidade, aos direitos humanos e à possibilidade de ampliar a agência das pessoas oprimidas.

Em trabalho sobre documentos de hipoteca nos EUA, as autoras Natasha N. Jones e Miriam F. Williams (2017) observam, por exemplo, implicações do uso de LS para cidadãos afro-americanos na compra de imóveis. Segundo elas, numa abordagem guiada pela justiça social rumo à inclusão, uma *ação crítica* deve acompanhar a *análise crítica*:

Considerar a Linguagem Simples a partir de uma postura mais inclusiva e de justiça social não só requer um olhar mais crítico sobre como e por que diretrizes em Linguagem Simples são desenvolvidas e implementadas, mas também investigar como, se e quando as diretrizes de Linguagem Simples amplificam a agência de grupos oprimidos e marginalizados (Jones; Williams, 2017, p. 413, tradução nossa).

Também orientada por lentes críticas, a pesquisadora Iva Cheung (2017) vê a LS como um *imperativo ético*. Para ela, essa prática, centrada na justiça social, permite elevar as vozes de camadas sistematicamente silenciadas da população e é essencial, pois as

[...] fontes de linguagem desnecessariamente complexa – corporações, governos e academia – ainda são compostas desproporcionalmente por homens brancos, e alguns ativistas dos direitos civis e teóricos críticos da raça consideram o *juridiquês* e o *burocratês* como instrumentos de supremacia branca e controle social. Ao se opor a esses instrumentos, a Linguagem Simples pode ser uma ferramenta para a igualdade (Cheung, 2017, p. 5, tradução nossa, grifo nosso).

A lacuna entre a linguagem adotada pelo Estado e a sociedade é tema recorrente nos estudos da linguista espanhola Estrella Montolío Durán (2023). Segundo a pesquisadora, a opacidade na comunicação pública traz consequências palpáveis, como a perda de tempo e recursos econômicos tanto para as instituições quanto para a população. Mas também acarreta impactos intangíveis, como a quebra da confiança de cidadãs e cidadãos no Estado.

De forma complementar, Cappelli, Oliveira e Nunes (2023) argumentam que a simplificação da linguagem contribui para reduzir o afastamento, a desconfiança e a assimetria de informações na relação entre governantes e governados. De acordo com os autores, essa prática “emerge como um princípio fundamental para superar esses obstáculos e promover uma comunicação clara, acessível e transparente”.

Isso nos permite perceber que a LS, compreendida sob perspectiva crítica, implica reconhecer os desafios impostos pelo burocratês e buscar superá-los, a fim de se promover a autonomia de cidadãos e cidadãs. Trata-se, assim, de visão que se aproxima da *práxis transformadora*, a ação prática para superação de contradições identificadas por meio de diagnósticos de época, conforme proposição metodológica da teoria crítica (Melo, 2011).

Além disso, ao se referir à Linguagem Simples como forma de expandir a capacidade de reflexão e ação de grupos social e economicamente desfavorecidos, essa abordagem recorda princípios da *pedagogia crítica* (Freire, 2019), como o *diálogo* e a *palavra* como *práxis*. Conforme veremos a seguir, estas duas correntes – teoria crítica e pedagogia crítica – são as raízes inspiradoras da *competência crítica em informação*, principalmente no Brasil.

3 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

No campo da Ciência da Informação, o movimento pela competência crítica em informação (*critical information literacy* em inglês, doravante CCI) toma corpo no começo dos anos 2000, especialmente na América do Norte. Trata-se de uma crítica aos contornos institucionais da chamada competência em informação (*information literacy*, doravante ColInfo), termo que abraça aspectos mais funcionalistas e estimula o desenvolvimento de habilidades práticas relacionadas à busca, à avaliação e ao uso de informações.

A competência crítica em informação difere das definições padrão de competência em informação (ex. capacidade de encontrar, utilizar e analisar informação) por levar em conta os sistemas sociais, políticos, econômicos e corporativos que exercem poder e influência sobre a produção, a disseminação, o acesso e o consumo da informação (Gregory; Higgins, 2013, p. 4, tradução nossa).

Ancorada na *práxis*, a CCI encoraja os sujeitos a “agir sobre as estruturas de poder subjacentes à produção e à disseminação de informação” (Tewell, 2015, p. 25, tradução nossa). Em visão complementar, Downey (2016, p. 18, tradução nossa) enquadra o conceito

como uma forma de incentivar que os indivíduos “vão além da reflexão crítica e rompam ativamente com os modos de produção de informação dominantes, a fim de desafiar as estruturas de poder opressoras”.

Na mesma toada, em uma das primeiras referências ao tema, ainda em 1999, os autores Allan Luke e Cushla Kapitzke defendem a CCI como forma de “encorajar e permitir que estudantes se reposicionem sistematicamente em relação a modos e fontes de informação dominantes e não dominantes” (Luke; Kapitzke, 1999, p. 486, tradução nossa). Kapitzke volta ao tema em 2003, chamando a atenção para as estruturas de poder por trás da produção e da disseminação da informação e para o fato de que:

[...] autores e designers gráficos fazem escolhas semânticas, lexicais e gramaticais específicas com objetivos, interesses e agendas particulares em mente. O trabalho de informação é ação econômica e política. Essa abordagem requer um foco não na lógica, mas na ideologia. Ou seja, no uso de sentido a serviço do poder (Kapitzke, 2003, p. 6-7, tradução nossa).

A CCI emerge, assim, estabelecendo uma crítica à visão instrumental vinculada à expressão *information literacy*, que apareceu, pela primeira vez, no documento *The information service environment relationships and priorities – related paper n° 5*, do Governo estadunidense, nos anos 1970. O texto enfatizava que “em nossa era de superabundância de informações, ser competente em informação significa ser capaz de encontrar o que é conhecido ou conhecível sobre qualquer assunto” (Zurkowski, 1974, p. 23, tradução nossa) e ser *treinado* na aplicação de recursos de informação úteis para seu trabalho.

Nas décadas seguintes, documentos de instituições como a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e a American Library Association (ALA) reforçaram essa abordagem tecnicista, centrada em valores como a eficiência e a eficácia. O papel da ColInfo como um conjunto de aptidões destinadas a permitir que os indivíduos “reconheçam quando a informação é necessária e tenham a habilidade de localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz” (ALA, 1989, tradução nossa, p. 2) é reiterado, por exemplo, na publicação *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*, emitido em 2000 pela Association for College and Research Libraries (ACRL), divisão da ALA, com olhar marcadamente utilitário e voltado para o aprendizado ao longo da vida.

O discurso de tais documentos, como se pode notar, em geral ressalta aspectos instrumentais, como “as ações de busca, acesso, avaliação e utilização no espectro da

competência em informação” (Bezerra, 2019, p. 55). Está entremeado, assim, à lógica neoliberal, considerada o “farol unidirecional” responsável por iluminar os caminhos institucionais do conceito de competência em informação.

Documento orientativo mais recente publicado pela ACRL, no ano de 2015, o *Framework for Information Literacy for Higher Education* incorporou uma perspectiva mais crítica à noção de CoInfo, definindo-a como um conjunto de habilidades integradas que abrangem “a descoberta reflexiva de informações, o entendimento de como as informações são produzidas e valorizadas e o uso de informações na criação de novos conhecimentos e na participação ética nas comunidades de aprendizagem” (Association of College and Research, 2016, tradução nossa).

Esses incipientes avanços alcançados pelo *Framework* foram citados no artigo *A decade of critical information literacy*, em que Eamon Tewell realiza detalhada revisão de literatura cobrindo os dez primeiros anos de estudos sobre a CCI, entre 2005 e 2015 (Tewell, 2015). Com um olhar historiográfico, Tewell destaca que a construção do conceito se relaciona à pedagogia crítica de Paulo Freire, vertente que ressalta o papel do aprendiz como *agente* no processo educacional e foi abraçada por autores como Henry Giroux e bell hooks.

Nas palavras de James Elmborg, um dos pioneiros nos estudos da CCI, a pedagogia crítica permite que os sujeitos adquiram consciência crítica e “assumam o controle de suas vidas e de seu próprio aprendizado, para se tornarem agentes ativos, fazendo e respondendo a perguntas que importem para eles e para o mundo ao redor deles” (Elmborg, 2006, p. 193, tradução nossa). Para o autor, incorporar aspectos do método freiriano às práticas informacionais, por meio da CCI, incentiva o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a informação e favorece que esse exercício reflexivo e de problematização ultrapasse os muros das bibliotecas, estendendo-se para a vida diária de profissionais da informação e estudantes.

Igualmente tributária da abordagem freiriana, a pesquisadora Michelle H. Simmons entende que ajudar indivíduos a “examinar e questionar o contexto social, econômico e político para a produção e o consumo de informação é um corolário vital para o ensino das habilidades da competência em informação” (Simmons, 2005, p. 299, tradução nossa). Dessa forma, a CCI implica um movimento deliberado para ultrapassar aptidões meramente instrumentais de pesquisa, como encontrar e avaliar informações:

Em vez disso, é o ‘reformular das noções convencionais de texto, conhecimento e autoridade’, para fazer perguntas mais reflexivas sobre a informação: ‘Quem detém e vende conhecimento?’, ‘Quem tem acesso à informação?’ e ‘O que conta como informação (ou conhecimento)?’. Questionamentos adicionais, como ‘De quem são as vozes publicadas?’ – ou, mais importante – ‘De quem são as vozes não publicadas?’ são os tipos de perguntas que podem ajudar os alunos a começarem a ver a comunicação acadêmica como um processo dialógico, político e de disputas. Esse tipo de perguntas incentiva os alunos a enxergar que as informações não são neutras, mas refletem ideologias sociais, políticas e econômicas situadas em um contexto histórico (Simmons, 2005, p. 301, tradução nossa).

No Brasil, a produção acadêmica que advoga pela CCI vem construindo, de forma similar, uma crítica à agenda prescritiva costumeiramente atribuída à prática da ColInfo. Além da pedagogia freiriana, os estudos no país amparam-se na teoria crítica desenvolvida pela chamada Escola de Frankfurt (Bezerra, 2015). Dessa forma, a palavra *crítica* no conceito enfatiza um enfoque no “pensamento reflexivo orientado para a produção de diagnósticos críticos que destaquem as tensões e contradições da sociedade, tendo em vista as suas dimensões socioculturais, políticas e econômicas” (Borges; Brisola; Bezerra, 2019, p. 15).

Na primeira referência à noção de *critical information literacy* no país, o termo foi traduzido como *competência informacional crítica*, por Elizete Vieira Vitorino e Daniele Piantola (2009). Na ocasião, as autoras identificaram uma linha de estudos da competência em informação baseada “na vertente da teoria crítica, que postula a educação emancipatória e a experiência formativa” (Vitorino; Piantola, 2009, p. 136). Por meio da CCI, a ColInfo teria seu papel ampliado, passando “a funcionar como uma *ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes*” (Vitorino; Piantola, 2009, p. 136, grifo nosso).

O primeiro trabalho acadêmico de fato dedicado ao tema no Brasil, já com a noção traduzida como *competência crítica em informação*, data de 2015 e define a CCI como “um conjunto de habilidades cada vez mais necessárias para os indivíduos inseridos na sociedade da informação” (Bezerra, 2015, p. 3). O texto sugere que, para pôr a CCI em prática, é preciso “transgredir as redomas dos atuais filtros de conteúdo das grandes empresas da internet, questionando os próprios entendimentos e buscando vozes dissonantes que superem as barreiras impostas pela atual indústria da informação digital” (Bezerra, 2015, p. 14).

Desde então, o conceito vem sendo aprofundado por pesquisas de fôlego. É o caso da definição da CCI em níveis articulados (Brisola; Schneider; Silva Júnior, 2017; Schneider, 2019;

Brisola, 2021), por exemplo. Schneider (2019) identifica sete níveis, traduzidos em diretrizes para mediadores e usuários da informação: 1) concentração; 2) competência instrumental (conhecimento e domínio técnico das TIC); 3) gosto pelo pensamento questionador e rigoroso; 4) relevância; 5) credibilidade; 6) ética (reflexão sobre o uso ético da informação); e 7) crítica, que significa a articulação de todos os níveis em uma perspectiva emancipatória realista.

Em todas essas acepções, percebe-se que a prática da CCI busca contribuir para conduzir o *pensamento crítico* rumo à *ação para a mudança social*. Em sua essência, o conceito pode ser resumido como o “referencial de uma práxis voltada para a ampliação da liberdade e da autonomia dos indivíduos no atual ecossistema informacional” (Bezerra, 2020, p. 185). Trazendo-o para o contexto deste trabalho, sugerimos adotá-lo como ferramenta orientativa para agentes públicos refletirem sobre as dinâmicas, os interesses e as forças que atravessam e regulam a produção e a circulação de informações governamentais. Assim, conscientes de sua autorresponsabilidade, tais atores poderiam enfrentar eventuais obstáculos que impeçam a livre disseminação da informação como *bem público* e contribuir para um melhor relacionamento entre Estado e sociedade civil.

4 LINGUAGEM SIMPLES E CCI: APROXIMAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS

Após imergirmos nas temáticas da LS (com abordagem crítica) e da CCI, trataremos de identificar pontos de interlocução entre as duas noções. São comuns a ambas, por exemplo, preocupações com a autonomia dos sujeitos e a busca de estratégias para superar barreiras informacionais, o que abriria caminho para uma *consciência crítica em informação*.

Apesar de referências à pedagogia crítica em estudos sobre LS não serem frequentes, nota-se nesses trabalhos uma base conceitual semelhante à presente nos escritos de Freire, com destaque para a *práxis*, a palavra e o diálogo. Para Freire (2019, p. 108), “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”, e *existir* significaria pronunciar o mundo e modificá-lo.

Mas *dizer a palavra que transforma o mundo* não pode ser privilégio de alguns, sob a perspectiva freiriana: é direito de todos. Da mesma forma, o *direito de entender* defendido pelos praticantes da LS também deveria ser universal. Não há diálogo possível “entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer

a palavra e os que se acham negados deste direito” (Freire, 2019, p. 109). O papel de educadores e políticos (e dos agentes públicos, no caso deste artigo) não seria, portanto, falar ao povo para impor *uma* visão de mundo, mas dialogar sobre as *variadas* visões.

A base teórica de Freire sustenta argumentação de Jones (2016) a respeito de uma perspectiva humanista para se analisar a escrita técnica e a prática da LS. Nesse contexto, a comunicação não é considerada neutra ou objetiva: assume caráter político e é imbuída de valores. Assim, profissionais da área devem não só investigar a interação de seus públicos com o mundo, mas também refletir e buscar promover mudanças positivas na realidade.

[...] comunicadores técnicos devem estar conscientes das formas como os textos e as tecnologias [...] reforçam certas ideologias e questionar como a comunicação moldada por certas ideologias afeta os indivíduos. Um método para aumentar a conscientização sobre o impacto da comunicação técnica nas experiências individuais é adotar uma perspectiva freiriana como estrutura para repensar o campo (Jones, 2016, p. 345, tradução nossa).

Para a autora, defensores da LS devem exercitar uma permanente autocrítica sobre sua responsabilidade, para “compreender a violência que a linguagem pode causar, e confrontar as formas como programas, práticas e organizações tornam determinados grupos sociais impotentes e marginalizados” (Walton; Moore; Jones, 2019, p. 46, tradução nossa). Essa postura permitiria entender dialeticamente como, por vezes, a escrita poderia ser cúmplice da opressão. Por outro lado, também ajudaria a reconhecer e rejeitar práticas opressoras.

O caminho proposto por Jones poderia se enquadrar como um exercício de CCI, por envolver reflexão crítica relacionada à *práxis* e acolher ideais caros ao conceito, “como democracia, equidade, tomada de decisão compartilhada, empoderamento e ação transformadora” (Jacobs; Berg, 2011, p. 395, tradução nossa).

É justamente essa a visão adotada por Doherty e Ketchner (2005), que destacam o papel da CCI no desenvolvimento da liberdade intelectual, com base na obra de Freire. Segundo os autores, na pedagogia crítica a informação está no cerne da educação e tem potencial democrático e libertador. Nesse sentido, Doherty (2007, p. 6, tradução nossa) realça a necessidade de profissionais da informação desenvolverem uma consciência crítica sobre sua atuação: “dar voz àquele que foi silenciado é, talvez, o papel mais importante que a competência crítica em informação pode desempenhar”.

Preparar os sujeitos para ter autonomia e tomar decisões éticas e conscientes é uma preocupação frequente entre os defensores da CCI. Segundo Downey (2016, p. 13, tradução nossa), para “serem cidadãos plenamente informados, os indivíduos devem ter um forte entendimento de como as informações são criadas, organizadas, distribuídas e acessadas”.

Praticantes da Linguagem Simples compartilham desse propósito, reconhecendo que o uso de termos complexos, jargões e estruturas confusas em documentos públicos dificulta o acesso e a compreensão de informações por parte da população. Dessa forma, a falta de “transparência resultante dessas barreiras linguísticas pode ter consequências significativas, como a exclusão de grupos marginalizados, a desconfiança nas instituições e a limitação do envolvimento do cidadão na tomada de decisões” (Cappelli; Oliveira; Nunes, 2023, p. 33).

Outro aspecto abordado em estudos sobre LS e CCI, sob perspectivas diferentes, mas complementares, é a relação entre discurso, poder e exclusão social. Sob ponto de vista crítico, Garwood (2014) recorre a teóricos como Pierre Bourdieu e Norman Fairclough para sustentar que, por vezes, “a linguagem torna-se uma espécie de moeda que dá a indivíduos e grupos maior ou menor mobilidade e poder numa economia discursiva que espelha e reproduz as hierarquias sociais e financeiras” (Garwood, 2014, p. 25, tradução nossa). Sendo assim, a prática da LS pode ser um instrumento para identificar e desafiar as crenças e estruturas ideológicas que subjazem tais discursos e reforçam a desigualdade.

Já no ambiente acadêmico, Simmons (2005, p. 306, tradução nossa) destaca a CCI como ferramenta para estudantes compreenderem que “o discurso dentro dos gêneros disciplinares não é natural, mas construído por razões comunicativas e dialógicas específicas”. Afinal, afirma ela, o conhecimento é negociado em discussões entre especialistas, e “as características disciplinares não são neutras e apolíticas, mas se desenvolvem como resultado direto das necessidades comunicativas e das práticas epistemológicas da disciplina” (Simmons, 2005, p. 307, tradução nossa). Como vimos em Jones (2016), o mesmo vale para a linguagem técnica ou burocrática, atravessada por interesses e valores do campo em que se insere.

Nos estudos sobre a LS com olhar crítico, a discussão sobre discursos e gêneros textuais emerge principalmente quando se aborda o burocratês. Silveira (2008, p. 215-216) descreve-o como uma linguagem “legitimada pelas relações institucionais entre as entidades oficiais e as juridicamente constituídas, através de gêneros textuais convencionalizados e reconhecidos pela comunidade de discurso em que circulam”. Esse estilo empolado preserva as relações de

poder e prestígio entre as instâncias da administração estatal e, na relação com o público, muitas vezes apresenta-se como arrogância e indiferença.

Neste trabalho, entendemos que examinar as aproximações entre a CCI, com seu caráter emancipatório, e a abordagem crítica da LS, com seu potencial transformador, evidencia que ambas nos convidam a abandonar uma postura mecanicista no uso da informação e da linguagem. Por esse prisma, tais práticas convergem para mais um objetivo comum: incentivar os sujeitos a refletir criticamente e agir para mudar a realidade. Esta seria, como sugerimos, uma possível rota para indivíduos desenvolverem uma *consciência crítica em informação*, ideia para cuja elaboração pretendemos contribuir a seguir.

5 ENTRELAÇAMENTOS RUMO A UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

Com a finalidade de enriquecer a noção de uma *consciência crítica em informação*, nosso primeiro passo será mergulhar em múltiplas concepções de *consciência crítica*. Como ponto de partida, recorreremos à obra de Álvaro Vieira Pinto (2020). O filósofo brasileiro propunha a transição de uma *consciência ingênua*, que ignora as condições e os fatores que a determinam, para a *consciência crítica*, que apreende a realidade como um processo dinâmico, formatado pela história, na qual se insere. A superação do comportamento ingênuo levaria ao pensamento crítico, regido pelas categorias de objetividade, historicidade, racionalidade, totalidade, atividade, liberdade e nacionalidade (que sintetizaria as demais).

Para o autor, a consciência ingênua não se reconhece como fruto de uma ordem real de fatos, “ou como inserida num mundo de acontecimentos independentes dela, mas determinantes de seu modo de ser; crê-se superior aos fatos, dominando-os de fora, e por isso se julga livre para entendê-los da forma que melhor lhe agrada” (Pinto, 2020, p. 16). A atitude crítica, por sua vez, é sóbria e ampara-se em condições empíricas precisas:

O pensar crítico apoia-se no processo real, e por esta relação se define. Basta, portanto, que nos situemos na perspectiva dessa relação, que tenhamos permanentemente em mira a correspondência entre reflexão e realidade, para captar os princípios constitutivos e os movimentos mais expressivos do comportamento superior (Pinto, 2020, p. 19).

Em diálogo com Vieira Pinto, a quem chamava de “mestre”, Paulo Freire enfatiza a capacidade de sujeitos dotados de consciência crítica intervirem no mundo para transformá-lo,

pois “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos *constatando* apenas” (Freire, 2015, p. 75). Para o educador, a consciência crítica é:

[...] o conhecimento ou a percepção que consegue desocultar certas razões que explicam a maneira como ‘estão sendo’ os homens no mundo, desvela a realidade, conduz o homem à sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se, fundamenta-se na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, promovendo a transformação criadora. É a consciência ‘inquieta’ pela causalidade (Gadotti, 1996, p. 716).

Em Freire, a *conscientização* representa uma relação particular entre pensar e atuar, em que o descobrimento da razão de ser das coisas deve vir acompanhado de uma ação transformadora (Gadotti, 1996). Além disso, na mesma medida em que nos conduz da consciência ingênua à consciência crítica, a *conscientização* permite passar de uma *curiosidade ingênua* para uma *curiosidade crítica*. É voltando-se para si mesma, por meio da *reflexão sobre a prática*, que a curiosidade ingênua vai se tornando crítica, insatisfeita e indócil (Freire, 2015).

A curiosidade como *inquietação indagadora* nos chama a atenção como componente fundamental à emergência de uma *consciência crítica em informação*: ela nos torna “capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper” (Freire, 2015, p. 34-35), fazendo-nos *seres responsáveis* e reafirmando a *eticidade* de nossa presença no mundo.

Inspirada por Freire na construção de sua *pedagogia engajada*, bell hooks também via a curiosidade como valor elementar para o pensamento e a ação críticos. Para ela, o *pensar* em si é uma *ação*: “pensamentos são laboratórios aonde se vai para formular perguntas e encontrar respostas, o lugar onde se unem visões de teoria e prática. O cerne do pensamento crítico é o anseio por saber — por compreender o funcionamento da vida” (hooks, 2021, p. 31). Dessa forma, uma vida consciente consistiria numa jornada de liberdade: seria a comunhão entre o pensamento crítico e a sabedoria prática, que nos capacita para a autorresponsabilidade.

Um dos benefícios mais estimulantes e generosos que resultam de nosso engajamento no pensamento crítico é a intensificação da consciência plena, que aumenta nossa capacidade de viver bem e em completude. [...] Como pensadores críticos, devemos pensar por nós mesmos e ser capazes de agir por nós mesmos. *Essa insistência na autorresponsabilidade é sabedoria prática vital* (hooks, 2021, p. 277, grifo nosso).

Retomando Freire, hooks afirma que a sabedoria prática nos convida a examinar criticamente o mundo, por meio de uma abertura constante à invenção e à reinvenção, em

busca de espaços que permitam a efetiva transformação. Essa disposição de abertura ao mundo, igualmente presente em Freire e Vieira Pinto, mostra-se parte crucial da noção de consciência crítica: “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história” (Freire, 2015, p. 133).

Finalmente, com o intuito de amarrar nossa base conceitual sobre a consciência crítica, podemos encontrar um resumo de sua diferença em relação à consciência ingênua na obra de Dom Helder Câmara, que, na visão de Freire, foi o grande responsável pela difusão da noção de *conscientização* mundialmente, ao traduzi-la para inglês e francês.

A consciência ingênua não procura as causas nem as consequências dos fatos e dos problemas sociais. A consciência crítica está numa constante procura das causas e das consequências dos problemas. [...] A consciência ingênua acredita que uns nasceram para dominar e outros para serem dominados. A consciência crítica acredita na fundamental igualdade dos homens e na urgência de acabar com a relação oprimidos-opressores. A consciência ingênua acha que o essencial é vencer na vida. Tudo o mais deve ser posto a serviço deste fim. A consciência crítica acha que o problema principal é dar aos homens a possibilidade de ser gente de verdade (Rozowykwiat, 2016, p. 87).

Na literatura da CI, ainda são raras as referências ao desenvolvimento de uma *consciência crítica em informação*. No Brasil, as pesquisadoras Jussara Borges, Juana Belinaso e Érica Corrêa Soares (2022) relatam a experiência de um curso a distância voltado para promover competências infocomunicacionais, analisam seus resultados e propõem uma estrutura conceitual e metodológica. Fazendo uma ponte com a CCI, as autoras afirmam que o atual ecossistema informacional nos cobra o desenvolvimento de competências em diferentes níveis de complexidade: “decidir por um produto ou serviço demanda informações sobre as opções; desenvolver um projeto exige selecionar conteúdo; trabalhar em colaboração pressupõe empatia, negociação e cuidado com a linguagem” (Borges; Belinaso; Soares, 2022, p. 315).

Nesse sentido, sugerem que se caminhe para uma *consciência crítica em informação*, situação em que “os sujeitos, além de saberem fazer algo, entendem a implicação desse fazer para si e para o coletivo” (Borges; Belinaso; Soares, 2022, p. 309). Julgam necessário, ainda, que o ensino de tais competências evolua “do instrumental para a *consciência crítica em informação*, a partir da qual os sujeitos sejam estimulados a *refletir sobre seu contexto e suas práticas no que tange à informação e à comunicação*” (Borges; Belinaso; Soares, 2022, p. 315, grifo nosso). Isso preencheria uma lacuna existente entre a teoria e a prática nos estudos sobre a ColInfo.

[...] se nos primeiros anos essa abordagem se alinhava mais a um caráter instrumental (ensinar a fazer coisas), cada vez mais vem se pronunciando a *consciência crítica*: por que fazer tais coisas, *quais as implicações e qual minha responsabilidade e meu papel como cidadão, profissional e sujeito* (Borges; Belinaso; Soares, 2022, p. 312, grifo nosso).

Nos EUA, a pesquisadora Sarah Clark (2016) analisou formas de tornar estudantes *buscadores* de informação criticamente conscientes, por meio da colaboração com mediadores de informação. O estudo recorreu a teóricos da CCI, como Elmborg e Doherty, e criticou a prática da “transferência de informação em detrimento do desenvolvimento de uma *consciência crítica em informação* e dos hábitos mentais necessários para encontrar e se envolver criticamente com a informação” (Clark, 2016, p. 65, tradução nossa, grifo nosso).

No presente trabalho, apresentamos a proposta de abordar a noção de *consciência crítica em informação* como um *passo além* dado pela CCI; como um *estado* permanentemente questionador, provocativo e necessariamente vinculado à *ação*. Logo, argumentamos que ser um sujeito dotado de consciência crítica em informação significa: 1) manter uma postura atenta e vigilante às barreiras impostas a um amplo e justo acesso à informação; 2) cultivar um espírito reflexivo, criativo e esperançoso para superar tais obstáculos; e 3) *agir* por meio de uma *prática* efetiva, em busca do *novo* e da *transformação social*.

Mas como a articulação entre LS e CCI pode se dar na prática, abrindo caminho para essa consciência crítica em informação? É este o desafio experimentado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), órgão do Executivo federal que inaugurou em 2022 seu Programa de Linguagem Simples, liderado pelo laboratório de inovação InovInmetro. O programa é objeto de pesquisa de tese de Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da qual o presente estudo é parte integrante.

As iniciativas adotadas no Instituto são orientadas pelos princípios “refletir-agir-transformar” e seguem o método da pesquisa-ação organizacional (Thiollent, 1997), ancorado na *práxis*, para envolver servidoras e servidoras nas ações. O programa atua em três eixos:

a. *Sensibilização*: mobilizar a comunidade do Inmetro para implantar a cultura da LS.

Exemplo: elaboração das diretrizes de LS do Inmetro⁸, com vídeo orientativo⁹;

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/inovacao/inovinmetro/dez-passos-linguagem-simples.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2025.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OXVluk-r7Ws>. Acesso em: 4 jan. 2025.

- Dicionário de Termos Técnicos do Inmetro em LS¹⁰, e eventos como debates¹¹.
- b. *Formação*: preparar o corpo funcional para aplicar a LS em seus serviços. Exemplo: capacitação com oficinas de introdução à LS, presenciais e remotas¹².
 - c. *Mão na massa*: utilizar diretrizes de LS para transformar documentos, com foco em inclusão, acessibilidade e clareza. Exemplo: parceria com áreas técnicas para simplificar o edital “Chamada pública de empresas para fazer parte do Ecossistema de Inovação do Inmetro”¹³ e o modelo de notificação de autuação¹⁴.

Nesse sentido, pretende-se que os agentes públicos da instituição sejam capazes de: 1) *refletir* constantemente sobre o burocratês como barreira informacional e sobre sua autorresponsabilidade nesse contexto; 2) *agir* para romper com essa prática, e 3) *transformar* a realidade, ao buscar ampliar o acesso de cidadãos e cidadãs à informação e aos serviços públicos. As ações implementadas, assim, alinham-se à prática da CCI ao incentivarem os integrantes a assumir o papel de protagonistas no processo de mudança da cultura institucional. Dessa forma, o exercício da LS entrelaça-se ao da CCI, encorajando o despertar de uma *consciência crítica em informação*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos discutir em que medida os conceitos de *Linguagem Simples*, a partir de uma perspectiva crítica e percebido como causa social, e *competência crítica em informação*, abraçada como caminho para a transformação social, se entrelaçam e contribuem para fomentar uma *consciência crítica em informação*. O contexto adotado como

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario-linguagem-simples>. Acesso em: 4 jan. 2025.

¹¹ É o caso da roda de conversa “Descomplicando o juridiquês: como a linguagem simples e o direito visual podem nos ajudar no dia a dia”, realizada em outubro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jvKVEANJvi8>. Acesso em: 4 jan. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/inmetro-comemora-dia-internacional-da-linguagem-simples-com-evento-e-oficina>. Acesso em: 4 jan. 2024.

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/inmetro-aplica-linguagem-simples-em-edital-para-atrair-empresas-de-base-tecnologica-a-se-instalar-em-seu-campus-de-laboratorios>. Acesso em: 4 jan. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/inmetro-simplifica-modelo-de-notificacao-de-autuacao>. Acesso em: 4 jan. 2025.

cenário é o ecossistema da inovação pública, em que servidores e servidoras protagonizam um movimento em prol do uso da LS para enfrentar o dito *burocratês* e ampliar o acesso da sociedade civil às informações governamentais.

Como pontos convergentes entre os dois conceitos, destacamos a dedicação para superar eventuais obstáculos antidemocráticos presentes na linguagem burocrática usada pelo Estado. A busca pela justiça social e pela promoção da igualdade no acesso à informação também se revelaram aspectos comuns a ambas as noções. Nesse sentido, uma abordagem crítica da LS e a CCI, como se viu, encontram um alicerce teórico comum em princípios da pedagogia crítica freiriana e da teoria crítica da Escola de Frankfurt.

Ao aplicarmos este diálogo teórico, deslocamos o olhar de um Estado etéreo e monolítico para compreender a agência dos indivíduos que compõem a mobilização pela LS no setor público. Enfatizamos que a *burocracia* não é neutra: é formada por *pessoas* dotadas de consciência, intencionalidade e responsabilidades.

Dessa forma, sugerimos que a prática da LS no governo, aliada a princípios presentes na competência crítica em informação, poderia encorajar agentes públicos a desenvolver uma *consciência crítica em informação* e melhorar suas próprias práticas, ao refletir sobre seu contexto, (re)conhecer as estruturas de poder camufladas sob a cultura do burocratês e atuar sobre elas, para mudar a realidade. Afinal, segundo Freire (2015, p. 40), é “pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Por fim, considerando os limites deste artigo, acreditamos que muito ainda se pode contribuir para aprofundar e enriquecer os contornos do conceito de uma *consciência crítica em informação*, como um “passo além” da noção de CCI, conforme buscamos sugerir neste trabalho. Entendemos, assim, que futuras pesquisas sobre o tema, como desdobramento, seriam uma possível (e relevante) contribuição para o campo da Ciência da Informação.

FINANCIAMENTO

Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de, respectivamente, bolsa Cientista do Nosso Estado e Bolsa Produtividade (PQ2).

REFERÊNCIAS

- ABNT. **ABNT NBR ISO 24495-1: Linguagem Simples. Parte 1: Princípios e diretrizes norteadoras.** Rio de Janeiro: ABNT, 2024.
- ALA. **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report.** Chicago: American Library Association, 1989.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for information literacy for higher education.** Chicago: American Library Association, 2016.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- BASON, Christian. **Leading public sector innovation: co-creating for a better society.** Bristol: Policy Press, 2010.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 182-201, set. 2020.
- BEZERRA, Arthur Coelho. From critical information literacy to a critical theory of information. **International Review of Information Ethics**, Edmonton, v. 30, n. 1, p. 1-10, 2021.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco André Feldman; PIMENTA, Ricardo; SALDANHA, Gustavo (org.). **iKritika: estudos críticos em informação.** Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB, 2015.
- BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis.** Rio de Janeiro: IBICT, 2021.
- BORGES, Ana Lúcia Alexandre; BEZERRA, Arthur Coelho. Linguagem Simples no setor público brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021. [Premiados Enancib].
- BORGES, Ana Lúcia Alexandre; BRISOLA, Anna Cristina; BEZERRA, Arthur Coelho. 'Crowdlaw' na era dos dados: ética e informação na cocriação digital de leis pelo LabHacker da Câmara dos Deputados. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB, 2019.

BORGES, Jussara; BELINASSO, Juana; SOARES, Érica Corrêa. Por uma estrutura conceitual e metodológica para a promoção de competências infocomunicacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 297-319, abr./jun. 2022.

BRISOLA, Anna Cristina. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. Orientador: Marco André Feldman Schneider. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2021.

BRISOLA, Anna Cristina; SCHNEIDER, Marco; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. 16 p. GT-5 – Política e Economia da Informação.

CAPPELLI, Claudia; OLIVEIRA, Rodrigo; NUNES, Vanessa. Linguagem simples como pilar da transparência. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 9, p. 32-45, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8997>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CETIC.BR. **Painel TIC Covid-19**: Pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. 2. ed.: Serviços Públicos On-Line, Telessaúde e Privacidade. [S. l.]: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20201001085713/painel_tic_covid19_2edicao_livro%20eletr%C3%B4nico.pdf. Acesso em: 5 mar. 2024.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: Pesquisa TIC Domicílios 2023. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2023/individuos/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

CHEUNG, Iva W. Plain language to minimize cognitive load: A social justice perspective. **IEEE Transactions on Professional Communication**, v. 60, n. 4, p. 448-457, 2017.

CLARK, Sarah. **On the Other Side of the Reference Desk**: Exploring Undergraduates' Information Search Mediation Experiences Through the ACRL Framework. 2016. 232 f. Thesis (Doctor of Philosophy) - Oklahoma State University, United States, 2016.

DOHERTY, John J. No Shhing: Giving voice to the silenced: an essay in support of information literacy. **Library Philosophy and Practice**, Nebraska, p. 1-8, June 2007.

DOHERTY, John J.; KETCHNER, Kevin. Empowering the Intentional Learner: A Critical Theory for Information Literacy Instruction. **Library Philosophy and Practice**, Nebraska, v. 8, n. 1, 2005.

DOWNEY, Annie. **Critical information literacy**: foundations, inspiration, and ideas. Sacramento, CA: Library Juice Press, 2016.

ELMBORG, James. Critical information literacy: implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192-199, Mar. 2006.

FERNANDES, Humberto. Do burocratês à popularização da informação: a sociologia de poder explicando a linguagem cidadã. In: GOMES, Angela Maria. (org.) **Fenômenos linguísticos e fatos da linguagem**. Ponta Grossa: Atena, 2019. Cap. 8, p. 81-95.

FISCHER, Heloisa. Os resultados brasileiros estão só começando. **PLAIN eJOURNAL**. Plain Language Association International, v. 5, n. 1, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire**: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GARWOOD, Kimberley Christine. **Plain, But Not Simple**: Plain Language Research with Readers, Writers, and Texts. 2014. 276 f. Thesis (Doctor of Philosophy in English) - University of Waterloo, Waterloo, Canada, 2014.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

GREGORY, Lua; HIGGINS, Shana (ed). **Information literacy and social justice**: Radical professional praxis. Sacramento, CA: Library Juice Press, 2013.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE. **Censo demográfico 2022 - alfabetização**: resultados do universo. 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3108/cd_2022_alfabetizacao.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: educação 2022. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

JACOBS, Heidi; BERG, Selinda. Reconnecting information literacy policy with the core values of librarianship. **Library Trends**, v. 60, n. 2, p. 383-394, 2011.

JONES, Natasha N. The technical communicator as advocate: Integrating a social justice approach in technical communication. **Journal of Technical Writing and Communication**, v. 46, n. 3, p. 342-361, 2016.

JONES, Natasha N.; WILLIAMS, Miriam. F. The social justice impact of plain language: A critical approach to plain-language analysis. **IEEE Transactions on Professional Communication**, v. 60, n. 4, p. 412-429, 2017.

KAPITZKE, Cushla. (In)formation literacy: a positivist epistemology and a politics of (out)formation. **Educational Theory**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 37-53, 2003.

LUKE, Allan; KAPITZKE, Cushla. Literacies and libraries - Archives and cybraries. **Pedagogy, Culture and Society**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 467-491, 1999.

MELO, Rúion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, maio/ago. 2011.

MENDONÇA, Neide Rodrigues de Souza. **Desburocratização linguística**: Como simplificar textos administrativos. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

MONTOLÍO DURÁN, Estrella. La Administración somos todos. Pero, ¿nos habla a todos? *In*: INSTITUTO CERVANTES. **El español en el mundo 2023**: Anuario del Instituto Cervantes. Madrid: Instituto Cervantes, 2023. p.247-266

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**: a consciência crítica. Volume II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

PIRES, Heloisa Fischer de Medeiros. **Impactos da linguagem simples na compreensibilidade da informação em governo eletrônico**: o caso de um benefício do INSS. 2021. 263 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

REDE LINGUAGEM SIMPLES BRASIL. **Rede Linguagem Simples Brasil**. [S. l.], c2021. [Página inicial]. Disponível em: <https://redelinguagensimpl.editorx.io/rede-linguagem-br>. Acesso em: 2 mar. 2022.

ROZOWYKWIAT, Tereza (org.). **Meus queridos amigos**: as crônicas de Dom Helder Câmara. Recife: Cepe, 2016.

SCHNEIDER, Marco André Feldman. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco André Feldman; PIMENTA, Ricardo; SALDANHA, Gustavo (org.). **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

SCHRIVER, Karen A. Plain Language in the US Gains Momentum: 1940-2015. **IEEE Transactions on Professional Communication**, v. 60, n. 4, p. 343-383, Dec. 2017.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. O burocratês: análise à luz de uma gramática retórica. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 1, maio 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/985>. Acesso em: 6 mar. 2022.

SIMMONS, Michelle Holschuh. Librarians as disciplinary discourse mediators: using genre theory to move toward critical information literacy. **Libraries and the Academy**, Baltimore, v. 5, n. 3, p. 297-311, July 2005.

TEWELL, Eamon. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 9, n. 1, p. 24-43, 2015.

THIOLENT, Michel. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009.

WALTON, Rebecca; MOORE, Kristen R.; JONES, Natasha N. **Technical Communication After the Social Justice Turn: Building Coalitions for Action** (1st ed.). New York, NY: Routledge, 2019.

WILLERTON, Russell. **Plain Language and Ethical Action: A Dialogic Approach to Technical Content in the Twenty-First Century**. New York: Routledge, 2015.

ZURKOWSKI, Paul G. **The Information Services Environment Relationships and Priorities**. Washington, D.C.: National Commission on Libraries and Information Science, 1974.

Declaração de Contribuição dos Autores

Ana Lúcia Alexandre Borges – Conceptualização – Investigação – Metodologia – Recursos – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).

Arthur Coelho Bezerra – Análise Formal – Aquisição de Financiamento – Administração do Projeto – Recursos – Supervisão – Validação – Escrita (análise e edição).

Como citar o artigo:

BORGES, Ana Lúcia Alexandre; BEZERRA, Arthur Coelho. Linguagem simples e competência em informação no setor público: abrindo caminho para uma consciência crítica em informação. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 9, p. e38170, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2025v9n1ID38170>.